

1 **ATA da 51ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito da**
2 **Universidade de São Paulo.** Em cinco de outubro de dois mil e dezoito, às 14h00, na sala 1310
3 do Prédio Central da Faculdade de Medicina, sob a **Presidência** da Profa. Maria Amélia de
4 Campos Oliveira (EE), o Conselho Gestor reúne-se em sessão ordinária, contando com a presença
5 dos seguintes **membros:** Sr. Alan Garcia da Silva (FM), Prof. Alfredo Luiz Jacomo (FM), Prof.
6 Celso Fernandes Campilongo (FD), Prof. Diogo Rosenthal Coutinho (FD), Prof. Heitor Franco
7 de Andrade Jr. (IMT), Profa. Kelly Polido Kaneshiro Olympio (FSP), Prof. Oswaldo Yoshimi
8 Tanaka (FSP), Prof. Paulo Cesar Cotrim (IMT), Raymundo Soares de Azevedo Neto (PUSP-
9 QSD), Profa. Vera Lúcia Conceição Gouveia Santos (EE), Sr. Wallace Borges Costa dos Santos
10 (EE). **Convidados:** Profa. Maria de Fátima Fernandes Vattimo (PUSP-QSD), Dr. Felipe Neme
11 (FM), Sra. Fernanda Laureano Martins (PUSP-QSD), Sr. José Francisco Dutra (FSP), Sra.
12 Maristela Gonçalves (IMT) e Sra. Rosilene Laiola (EE). Havendo *quorum*, a senhora presidente
13 declara abertos os trabalhos às 14h13, agradecendo a todos pela presença e à Faculdade de
14 Medicina (FM) pelo acolhimento. **1ª PARTE – Expediente:** Capacitação NR 23 - Proteção contra
15 incêndios; Previsão Orçamentária para 2019; Solicitação ao SESMT – Atendimento de Médico
16 do Trabalho no QSD; Comissão Técnica de Gestão Ambiental; Renovações contratuais dos
17 serviços gerenciados pela PUSP-QSD; Liberação à PUSP-QSD de repasse financeiro mediante
18 solicitação de crédito orçamentário; Contratação conjunta de serviço de manutenção de projetor
19 multimídia; Reunião dos dirigentes – A experiência com atendimentos de urgência nos *campi* da
20 Capital e de Ribeirão Preto; Correspondências oficiais de interesse do Conselho Gestor: OF SGCo
21 055 de 27/08/18 e Portaria 7270 de 23/08/18 – Referente a Eleição de um representante dos
22 servidores técnicos e administrativos junto ao Conselho Universitário; OF CODAGE CIRC 014
23 de 05/09/18 – Liquidação das horas no Banco de Horas até 30/09/18; OF CODAGE 015 de
24 05/09/18 – Transferência no Sistema Administrativo Patrimônio para ambiente virtual; OF
25 CODAGE CIRC 016 de 19/09/18 – 4º Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017-2018
26 e saldo de horas em 30/09/2018; Circ.SG COP 061, de 21/09/18 – Sugestões para as Diretrizes
27 Orçamentárias da USP para 2019 prazo 19/10/18; OF SSEG CIRC 002 de 01/10/18 – Ref
28 Aquisição de Desfibrilador DEA (Recebido em 02/10/18); CARTILHA Green Eletron – Ref.
29 Logística reversa de Pilhas e Baterias Portáteis (Recebido em 02/10/2018). **2ª PARTE – Ordem**
30 **do Dia:** Aprovação da ata da 50ª reunião - Reunião de 03/08/2018. Com a palavra, o Prof.
31 Raymundo dá boas vindas a todos e inicia o **Expediente: Capacitação NR 23 - Proteção contra**
32 **incêndios.** Informa que não houve evolução quanto ao assunto, mas reforça que o mesmo está na
33 pauta da PUSP-QSD. Com a palavra, a Sra. Fernanda esclarece que o processo referente ao
34 assunto, retornou recentemente do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e
35 Medicina do Trabalho (SESMT) no qual foi solicitado que fossem realizadas diversas alterações
36 na minuta do edital citando diversas Leis e Determinações do Corpo de Bombeiros, assim, está
37 trabalhando na análise dos dispositivos legais para o ajuste do documento. O Sr. Dutra questiona
38 se esse assunto está relacionado com a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
39 (AVCB). O Prof. Raymundo esclarece que não, complementando que se trata da capacitação das
40 brigadas de incêndio nas Unidades do Quadrilátero da Saúde/Direito. Lembra, ainda, que esse
41 treinamento tem um custo elevado e remete diretamente ao próximo assunto da pauta: **Previsão**
42 **Orçamentária para 2019.** Pondera que todos os Dirigentes devem ter recebido a solicitação de
43 preenchimento de questionário online para o encaminhamento de sugestões para as diretrizes
44 orçamentárias de 2019. Explica que o referido questionário não é referente a valores ou previsão
45 de gastos das Unidades, mas à inclusão ou modificação de rubricas, tendo como o prazo final de
46 resposta o dia 19/10. Acredita que a questão do orçamento será trabalhada e apresentada em
47 novembro no Conselho Universitário (Co), cabendo a cada Dirigente preencher as sugestões



48 conforme a realidade da Unidade. O próximo assunto em pauta: **Solicitação ao SESMT –**
49 **Atendimento de Médico do Trabalho no QSD.** Lembra brevemente que, na última reunião,
50 ficou definido que a PUSP-QSD verificaria junto ao SESMT, a possibilidade haver um médico
51 do trabalho atuando no QSD em forma de plantão semanal, a fim de realizar os exames periódicos,
52 evitando o deslocamento dos funcionários lotados no QSD; no entanto, acredita que, no caso da
53 FD, ainda haveria locomoção, tendo em vista que o médico seria, provavelmente, instalado em
54 uma das Unidades do Quadrilátero da Saúde, por conta da necessidade de infraestrutura para
55 atendimento médico em seu local de lotação. Informa que a PUSP-QSD já encaminhou a
56 solicitação, mas ainda não obteve resposta do SESMT. A Sra. Fernanda complementa lembrando
57 que a Profa. Maria de Fátima apontou a problemática quanto ao deslocamento dos funcionários
58 do QSD para a realização dos exames periódicos na última reunião do CG-QSD e, para subsidiar
59 a solicitação, foi providenciado o levantamento da quantidade de funcionários lotados no QSD.
60 Enfatiza que o documento foi encaminhado há mais de um mês, porém ainda não houve retorno.
61 O Prof. Tanaka indaga sobre qual seria a frequência para a realização desses exames. A Sra.
62 Fernanda esclarece que depende do tipo de atividade que o funcionário desempenha. O Prof.
63 Tanaka questiona se há algum tipo de planilha para o acompanhamento da realização desses
64 exames e pondera que, caso não haja, seria importante a realização desse levantamento. O Prof.
65 Raymundo explica que, teoricamente, cada Unidade dispõe dessa informação. A Sra. Rosilene
66 complementa que hoje, esse controle é realizado pelo Centro de Serviços Compartilhados em RH
67 do Quadrilátero (CSCRH-QS) e, no caso de funcionários com idade inferior a 45 anos a
68 periodicidade é a cada dois anos; para os demais, a periodicidade seria de um ano. A Sra. Fernanda
69 lembra que esses prazos são referentes a funcionários que desempenham atividades
70 administrativas, aqueles que desempenham funções que envolvam risco ou trabalho de campo
71 seguem frequência diferenciada. O Prof. Raymundo indaga se os exames estão atrasados. A Sra.
72 Rosilene informa que não e, ao menos no caso da Escola de Enfermagem (EE), os funcionários
73 têm sido convocados regularmente para a realização dos exames. Opina que, anteriormente, o
74 controle era realizado pelo Serviço de Pessoal das Unidades e, hoje em dia, as convocações são
75 encaminhadas diretamente pelo CSCRH-QS, mas há uma parceria com o SESMT. Salaria que
76 considera que a mudança de controle melhorou muito o processo de regularização, pois tanto o
77 funcionário quanto a chefia imediata recebem o comunicado da convocação para a realização do
78 exame periódico. Discorre brevemente sobre o processo antes dessa reorganização em que muitos
79 funcionários estavam com os Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) vencidos e que a
80 constatação desse problema coincidiu com a época em que uma médica do trabalho foi alocada
81 para atuar no QSD. Pondera que seria válido realizar o levantamento da situação atual dos ASOs,
82 principalmente porque há casos em que o funcionário é convocado, mas não comparece para a
83 realização do exame. Acredita que basta solicitar as listas ao CSCRH-QS. A Sra. Fernanda
84 ressalta que a solicitação da quantidade de funcionários lotados nas Unidades do QSD que foi
85 encaminhada ao CSCRH-QS demorou três semanas para ser atendida e, nesse sentido, não há
86 como prever o prazo de resposta à solicitação sobre os ASOs. O Prof. Raymundo pondera que a
87 dificuldade pode ser por conta do fato de a PUSP-QSD não ter ligação com o CSCRH-QS, nem
88 com o SESMT, nesse sentido, entende ser mais adequado que as Unidades acionem diretamente
89 o CSCRH-QS uma vez que falta à PUSP-QSD essa conexão. A Sra. Rosilene propõe que as
90 Unidades solicitem a informação e, após, encaminhem para a PUSP-QSD. O Prof. Raymundo
91 pondera que se trata uma situação peculiar porque há a solicitação de informações por parte da
92 Prefeitura e o órgão solicitado não consegue visualizar uma motivação para isso, nesse sentido,
93 considera válido que as Unidades acionem o CSCRH-QS ou o SEMST, caso as convocações para
94 a realização dos exames não estejam sendo encaminhadas, pois entende que o SESMT tem a



95 responsabilidade de organizar a vinda de um médico do trabalho para realizar os exames
96 periódicos no QSD. O Prof. Tanaka enfatiza que, para que o SESMT realize essa organização, é
97 necessário que haja demanda. O Prof. Raymundo salienta que o SESMT tem possibilidade de
98 realizar essa consulta para verificar a demanda do QSD. A Sra. Rosilene esclarece que a
99 necessidade existe e que o problema maior é que os funcionários do QSD precisam se deslocar
100 até o HU para a realização do exame periódico. O Prof. Raymundo salienta que, justamente por
101 esse motivo, a PUSP-QSD está verificando a possibilidade de que haja um médico do trabalho
102 realizando os atendimentos no QSD. A Sra. Rosilene destaca que, no passado, quando foi atendida
103 a solicitação de lotação de um médico do trabalho para realizar os exames periódicos no QSD, o
104 motivo foi justamente porque a maioria dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) dos
105 funcionários do QSD estavam vencidos. O Sr. Alan relata sua experiência pessoal, tendo
106 comparecido à Unidade Básica de Assistência à Saúde (UBAS) na última segunda-feira para
107 realização do exame periódico, mas essa foi a segunda vez, nos quinze anos em que é funcionário
108 da USP, que ele foi convocado para a realização desse exame e a convocação foi encaminhada
109 pelo CCRH-QS. A Sra. Rosilene concorda que as convocações, atualmente, estão mais bem
110 organizadas. O Prof. Raymundo salienta que a PUSP-QSD irá reiterar a solicitação junto ao
111 SESMT, no entanto, solicita a gentileza de as Unidades consultarem ao RH, uma vez que a PUSP-
112 QSD tem dificuldade em receber uma resposta diretamente. Salienta que essa consulta visa
113 verificar, principalmente, se o CCRH-QS está seguindo algum tipo de planejamento de agenda
114 para manter os atestados regulares, principalmente, porque essa é uma obrigação legal e
115 necessária que é reportada ao Ministério do Trabalho. Seguindo para o próximo assunto:
116 **Comissão Técnica de Gestão Ambiental.** Lembra que, na última reunião, anunciou que haveria
117 a necessidade de se criar um plano diretor ambiental a ser revisado a cada 8 anos, com relatórios
118 encaminhados à Superintendência de Gestão Ambiental (SGA) para avaliação e divulgação.
119 Conforme discutido na época, dada a falta de capacidade instalada do QSD para instituir
120 comissões para abordar os onze temas de gestão ambiental propostos pela SGA, haveria o contato
121 com outras Prefeituras para a tentativa de ações conjuntas e, nesse sentido, informa que já iniciou
122 os contatos para articulação de parcerias e o Prefeito da PUSP-C informou que o *Campus* Butantã
123 tem a mesma dificuldade, portanto, entende que a constituição de um plano diretor não será
124 promovida de maneira tranquila nem mesmo na Cidade Universitária, uma vez que, no momento,
125 não há organização para constituir onze grupos de trabalho que contem com representantes dos
126 docentes, dos funcionários, dos estudantes, além de representantes da Superintendência do Espaço
127 Físico (SEF) e da própria SGA. Salienta que essa criação de um plano diretor, que teria uma meta
128 de tornar a Universidade sustentável até 2034 – tendo em vista a conformidade com a demanda
129 da Organização das Nações Unidas (ONU) para que, em 2030, haja ambientes mais sustentáveis
130 – não é algo simples. Chama a atenção para o fato de que mesmo em órgão como a PUSP-C, que
131 conta com uma estrutura muito maior que a PUSP-QSD, há dificuldade em atender essa
132 solicitação da SGA e, nesse sentido, acordou com o Prof. Hermes, Prefeito da PUSP-C, que ambas
133 as Prefeituras irão unir esforços no sentido de elaborar de um Plano Diretor conjunto. Lembra
134 que, no *Campus* Piracicaba, há uma expertise maior, tanto que esse *Campus* já está realizando a
135 revisão do Plano Diretor implementado, ou seja, iniciaram o planejamento e a implementação
136 muito antes de essa ação se tornar norma na Universidade, uma vez que lá já havia uma
137 preocupação própria e original em implementar um programa dessa natureza e que talvez, com
138 base nisso, a Universidade esteja replicando o modelo para todos os *Campi*, o que se mostrou
139 difícil em um primeiro momento. Portanto, essa elaboração e implementação não será tão célere
140 quanto a SGA solicitou. Ressalta que, em contato com a Profa. Patrícia Iglecias, Superintendente
141 da SGA e docente lotada na FD, verificou que ela compreende que se trata de uma tarefa muito

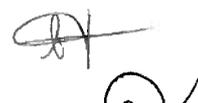


142 grande. Retoma informando que será tentada essa articulação com a PUSP-C, visando a
143 elaboração de um plano diretor conjunto, mediante a constituição de 11 grupos de trabalho
144 igualmente compartilhados, sendo que os mesmos serão responsáveis pelo acompanhamento do
145 Plano após sua implementação, portanto, também será necessária a elaboração de um método que
146 permita auditar o cumprimento do referido Plano. Chama a atenção para o fato de que não haverá
147 distribuição de recursos para a elaboração e implementação dos Planos Diretores, mas haverá
148 pequenos projetos que a Universidade pretende subsidiar mediante solicitação, não sendo,
149 portanto, valores altos, nem um recurso estável. Na prática, seria necessário, primeiramente,
150 estabelecer as metas e o plano diretor para, em seguida, pleitear recursos para a implementação.
151 Considerando a atual situação, tem grande dificuldade em vislumbrar outra solução que não o
152 consórcio com a PUSP-C. Acredita que esse planejamento irá se desenvolver ao longo do próximo
153 ano, reunindo os recursos pessoais necessários para a abordagem dos onze temas do Plano Diretor.
154 Finaliza informando que essa é somente uma notícia de que essa tentativa de articulação com as
155 demais Prefeituras de São Paulo está em andamento e lembra que a USP Leste dispõe de um curso
156 de Gestão Ambiental, bem como a Faculdade de Saúde Pública (FSP) que conta com linhas de
157 trabalho e pesquisa no tema saúde ambiental. Ressalta que, além dos cursos e pesquisa, também
158 há diversas pessoas no Quarteirão da Saúde que são interessadas no assunto e, nesse sentido, elas
159 serão contatadas para tentar, em conjunto com a Cidade Universitária, constituir esses onze grupos
160 de trabalho envolvendo, inclusive, os estudantes, representantes da Superintendência de Espaço
161 Físico (SEF) e da SGA. Ressalta que está ciente de que todas as Unidades já estão enfrentando
162 dificuldades por conta da redução do número de funcionários para atender, simultaneamente, a
163 essa demanda, portanto, o planejado é encontrar uma solução em conjunto com a PUSP-C.
164 Seguindo para o próximo assunto em pauta: **Renovações contratuais dos serviços gerenciados
165 pela PUSP-QSD.** Informa que a partir de agora inicia-se o período de renovação de diversos
166 contratos geridos pela PUSP-QSD, são eles: Serviços de Limpeza e desinfecção de reservatórios
167 de água com laudo de potabilidade, Serviços de desratização e desinsetização e Serviços de
168 Manutenção de Áreas Verdes, nesse sentido, enfatiza que as providências necessárias para isso já
169 estão sendo tomadas. Lembra que, na última reunião do CG-QSD, tendo em vista as dificuldades
170 que poderiam ser causadas com a descontinuidade do serviço de manutenção de áreas verdes por
171 conta do período de chuvas, e a impossibilidade de estimar quanto tempo a finalização da nova
172 licitação demoraria, o Dr. Felipe sugeriu que fosse verificada a possibilidade de renovação do
173 contrato atual com uma cláusula de denúncia, em que o mesmo poderia ser cancelado, sem ônus
174 para a Universidade, quando da finalização do novo processo licitatório. Esclarece que foi
175 verificado que tal cláusula pode ser utilizada e que o prestador do serviço já foi informado de que,
176 apesar da prorrogação do contrato vigente, o mesmo será encerrado quando da finalização da nova
177 licitação. Com a palavra, a Sra. Fernanda informa que, em relação ao contrato de serviços de
178 desratização e desinsetização, a pesquisa de mercado demonstrou que o contrato atual é
179 economicamente vantajoso para a Universidade, portanto será renovado. Em relação ao contrato
180 para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água, após pesquisa,
181 verificou-se a possibilidade de redução dos custos em até 30% e, por esse motivo, será realizada
182 nova licitação para a prestação desse serviço. Ressalta que encaminhou essa semana, aos
183 assistentes administrativos das Unidades, e-mail indagando se há previsão quanto à reativação
184 das caixas d'água desativadas da FM e da FSP para verificar se estas deverão ser mantidas no
185 próximo edital. Esclarece que, no caso da FM, a caixa d'água desativada está localizada no
186 Instituto Oscar Freire e na FSP, é uma caixa d'água instalada no Centro de Saúde. Salienta que,
187 em relação ao contrato de manutenção de áreas verdes, os trâmites referentes à renovação com
188 inclusão de cláusula de denúncia foram providenciados, mas, hoje, recebeu e-mail do

189 Departamento de Finanças da USP informando que a empresa está registrada no CADIN
190 (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades), ressalta que
191 providenciará, ainda hoje, notificação para a empresa solicitando que a situação seja regularizada
192 o quanto antes, visto que, caso a pendência permaneça, não haverá possibilidade de prorrogação
193 do contrato vigente. Aproveita a oportunidade para pedir o auxílio dos Dirigentes em relação ao
194 o próximo contrato. Discorre brevemente sobre a execução do contrato atual, em que a PUSP-
195 QSD recebeu inúmeras reclamações em relação ao serviço prestado, mas enfatiza que, apesar
196 desse fato, no decorrer desses 10 meses de atendimento, do valor total dos pagamentos que seria
197 de R\$109.501,09, foram efetivamente pagos R\$108.357,08, ou seja, até o momento, a empresa
198 recebeu 98% do valor total do contrato, portanto, tendo como objetivo a adequada prestação dos
199 serviços, pede que seja reforçado, junto aos fiscais, a importância de que providenciem as devidas
200 anotações nos livros de ocorrência para que se possam fazer as devidas glosas em relação ao não
201 cumprimento do contrato. Esclarece que, se a prestação do serviço é insatisfatória, não é coerente
202 que a Universidade tenha pago 98% do valor total do ajuste. Enfatiza que, para a nova licitação,
203 estão sendo consultados editais publicados por outras Unidades da USP, visando abranger os
204 pontos mais importantes de forma a proporcionar ferramentas tanto para garantir que o serviço
205 seja realizado de forma satisfatória, quanto para penalizar a empresa caso isso não ocorra.
206 Discorre brevemente sobre as cláusulas cuja possibilidade de inclusão está sendo estudada, como
207 a determinação de uma equipe mínima, ressalta que a diferença salarial entre um jardineiro e um
208 auxiliar de jardinagem é de apenas R\$70,00, nesse sentido, seria mais vantajosa a contratação de
209 um jardineiro. Informa que haverá a inclusão de exigência de capital mínimo da empresa para
210 participar da licitação, mas ressalta que, apesar de auxiliar, não garante que o serviço será prestado
211 a contento, cita como exemplo a empresa que presta serviço atualmente a qual apesar de ser uma
212 empresa muito pequena, possui capital social de R\$280.000,00 e, salvo engano, o valor máximo
213 que se pode exigir como garantia é 5% do valor do contrato o que, no caso, seria algo em torno
214 de R\$50.000,00, tendo em vista os parâmetros constantes nos Cadernos Técnicos de Serviços
215 Terceirizados (CADTERC). Comunica que será incluída, também, a exigência de depósito em
216 garantia que não constava no edital anterior, além do fato de que está trabalhando em um novo
217 modelo de livro de ocorrências que seja específico para esse contrato, sendo que o planejado é
218 que nele já constem todos os itens referentes ao contrato, sendo que o fiscal terá apenas que
219 assinalar o serviço que não foi realizado e haverá um espaço para comentários adicionais. Espera
220 que, com isso, o acompanhamento da execução do serviço seja facilitado, a fim de evitar repetição
221 do que ocorreu com o presente contrato, em que foi paga praticamente a totalidade de um contrato
222 que não está atendendo as necessidades das Unidades. Ainda sobre o serviço de manutenção de
223 áreas verdes, tendo em vista o término do contrato atual, esclarece que é comum que as empresas
224 que prestam o serviço solicitem atestados de capacidade técnica e, nesse sentido, solicita que,
225 caso a Grama Verde aborde as Unidades para solicitar esse documento, seja orientada a fazer a
226 solicitação diretamente para a PUSP-QSD, isso porque, há obrigatoriedade de fornecimento do
227 documento, mas é importante que se incluam os problemas que ocorreram durante a prestação do
228 serviço, principalmente os problemas fiscais e atraso na apresentação da documentação
229 trabalhistas. O Prof. Tanaka solicita a gentileza de que, no novo contrato, haja a prestação do
230 serviço na FSP duas vezes por semana, mas não necessariamente às segundas e terças-feiras como
231 é realizado atualmente e indaga se, referente ao atestado de capacidade técnica, haveria a
232 possibilidade de que a solicitação desse documento fosse incluída no edital com definição quanto
233 ao conteúdo do mesmo, explica que seria importante porque entende que o atestado pode abordar
234 somente aspectos legais e administrativos, como problemas fiscais, apresentação de
235 documentação, faltas e horário de prestação do serviço, ou pode abordar o desempenho da

A
eu

236 execução do serviço em si. Ressalta que tem observado que a maioria desses atestados, dão ênfase
237 somente ao aspecto administrativo e que essas informações não esclarecem se a empresa
238 efetivamente presta um serviço adequado e que, essa é uma informação importante para a
239 Universidade. A Sra. Fernanda explica que essa é uma questão que aflige não somente a USP,
240 mas qualquer órgão público, visto que, para os contratantes, é mais trabalhoso elaborar um
241 atestado que aponte quais foram as falhas ocorridas durante a execução do contrato, do que
242 elaborar um que simplesmente informe que o serviço foi prestado a contento. Discorre
243 brevemente que, durante a licitação anterior, a empresa Grama Verde apresentou um atestado de
244 capacidade técnica antigo e que o pregoeiro, Sr. Zenon, chegou a solicitar um documento mais
245 recente, esclarece que o problema é que, legalmente, não há respaldo para a recusa de um atestado
246 técnico apresentado por conta de sua data de emissão. O Prof. Tanaka indaga se não há a
247 possibilidade de especificar no edital que o atestado de capacidade técnica não seja mais antigo
248 do que três anos, além de incluir informações referentes ao desempenho. Entende que, assim,
249 ficaria mais claro se o serviço prestado foi adequado, esclarece que considera que um dos grandes
250 problemas dos editais elaborados na USP sua fragilidade, portanto, acredita que, quanto mais
251 detalhes constarem, mais claro ficaria o processo, cita como exemplo, solicitação de informações
252 tanto referentes a performance administrativa/organizativa, quanto referentes ao resultado.
253 Pondera que poderiam ser solicitados, também, requisitos quanto à área de prestação do serviço,
254 de forma a garantir que a empresa já tenha prestado serviço em local com dimensões parecidas
255 com a das Unidades. A Sra. Fernanda enfatiza que a lei exige que a empresa apresente um atestado
256 de capacidade técnica equivalente a, ao menos, 50% do serviço a ser contratado, mesmo que sejam
257 em diversos locais, mas salienta que pode haver alteração quanto a essa porcentagem dependendo
258 do objeto a ser contratado. O Prof. Tanaka indaga sobre a possibilidade de solicitar que o atestado
259 realize a avaliação especificando as tarefas, uma vez que, ao se realizar a contratação de múltiplos
260 serviços, acaba ocorrendo uma diluição do componente de desempenho dentre as inúmeras
261 atividades. A Sra. Fernanda concorda e informa que realizará a consulta quanto a essa
262 possibilidade, mas ressalta que a própria legislação traz poucas exigências, justamente, tendo em
263 vista o não cerceamento da livre participação na concorrência, uma vez que, com a inclusão de
264 muitas exigências, há uma conseqüente redução do número de empresas capacitadas a participar
265 do processo licitatório e, com isso, há maior chance de impugnação do processo por alegação de
266 direcionamento. O Prof. Tanaka concorda, mas ressalta que considera válido que sejam
267 verificados que tipo de detalhes importantes podem ser incluídos. O Prof. Raymundo pondera que
268 é importante ter em mente que a complexidade do edital pode acabar por inibir a participação de
269 interessados, cita como exemplo a licitação anterior, cujo edital foi bem mais simples, mas do
270 qual participaram somente 3 ou 4 empresas, sendo que 1 delas foi desqualificada pelo pregoeiro
271 por conta do valor excessivamente baixo apresentado, que impediria a execução do objeto, a outra
272 sendo a Grama Verde que apresentou um valor bom e, uma última empresa, cujo lance era duas
273 vezes maior que o apresentado pela empresa vencedora, nesse sentido, chama a atenção para o
274 fato de haver uma disparidade substancial no valor. Ressalta que a PUSP-QSD está buscando
275 elaborar um edital cujo descritivo esteja mais perfeito e completo em relação ao anterior, visando
276 um melhor atendimento das Unidades. O Prof. Tanaka concorda, salientando que, uma vez
277 publicado o edital, não há mais possibilidade de correções. O Prof. Raymundo considera que o
278 presente contrato representou, também um aprendizado, porque a PUSP-QSD nunca havia gerido
279 ou elaborado um edital referente a um contrato desse tipo, com a inclusão de funcionários,
280 portanto, entende que o próximo edital irá refletir esse aprendizado. Informa que a PUSP-QSD
281 irá trabalhar no ajuste do edital e agradece as sugestões apresentadas. O Sr. Dutra indaga se, em
282 relação à distribuição dos trabalhos, haveria a possibilidade exigir-se de lotação de um ou dois



283 profissionais dedicados ao jardim da FSP diariamente, visto o tamanho da área e a importância
284 de que os profissionais se identifiquem com o local, sendo necessário um cuidado maior do que
285 somente preocupação com a varrição e juntada de folhagem, que é o que ocorre atualmente,
286 principalmente porque a empresa presta serviço somente dois dias por semana, ficando o jardim
287 sem manutenção pelos próximos cinco dias e, nesse sentido, acaba ocorrendo o acúmulo de
288 serviço, principalmente durante o período de chuvas. O Prof. Raymundo informa que acredita que
289 não é possível definir a permanência de funcionários específicos fixos nos locais, mas solicitar
290 que a atividade seja desempenhada diariamente, visto que a contratação, demissão e lotação dos
291 funcionários é prerrogativa da empresa contratada. Entende que a definição para que não haja
292 rodízio para o atendimento das Unidades é possível, contanto que se anteveja que sejam diárias
293 algumas das atividades a serem desempenhadas no jardim o que acredita poder ser contemplado
294 no edital, mas salienta que tal definição gerará impacto no valor do contrato. A Sra. Fernanda
295 lembra que há a contratação do serviço, não da quantidade de funcionários alocados. Salienta que,
296 analisando outros editais, verificou que, havendo interesse em que a empresa designe um
297 funcionário para atuar diariamente na Unidade, são incluídas no edital algumas tarefas de
298 execução diária, na prática, essa é uma forma para que haja um funcionário prestando serviços
299 todos os dias no local. O Prof. Raymundo cita o exemplo da serrapilheira, que se trata de uma
300 demanda da FM, que consiste em depositar folhas em torno das árvores, a fim de formar *húmus*
301 natural, sendo essa uma das estratégias que os responsáveis pela horta da FM, almejam implantar
302 no jardim da Unidade. Ressalta que essa prática depende de um trabalho diário, porque o
303 recolhimento das folhas precisa ser realizado cotidianamente, a fim de gerar um material útil e
304 reciclável para as plantas. Pondera que tal previsão seria simples para as Unidades com áreas
305 verdes mais extensas, como EE, FM e FSP, mas talvez seja mais complexo no caso da FD, uma
306 vez que a Unidade conta somente com árvores de grande porte e vasos. O Sr. Dutra, comenta
307 sobre a criação de composto orgânico e considera a ideia interessante, mas lembra que os jardins
308 contam uma estética já convencionada e acredita que, caso as pessoas vejam as folhas podem ter
309 a impressão de que o jardim não está recebendo a manutenção adequada. O Prof. Raymundo
310 informa que existe uma forma correta de posicionar as folhas no caso da serrapilheira, de forma a
311 não trazer prejuízos estéticos, além de ficar harmonizado com o jardim, uma vez que não se trata
312 de simples ajuntamento de folhas. O Sr. Dutra concorda e sugere que uma maneira de instituir
313 isso seria com as composteiras. O Prof. Raymundo ressalta que pode haver previsão de
314 composteiras, mas chama a atenção para o fato de que, aí sim, é importante ter em vista a estética
315 dos locais em que estas serão instaladas porque, normalmente, em um jardim, a organização é
316 para que a composteira não fique muito evidente, a fim de não perturbar o paisagismo, exceto nos
317 casos em que se deseja evidenciar que se está realizando uma atividade sustentável. Enfatiza que
318 considera que ambas são ideias boas e que a Sra. Fernanda está trabalhando nesse novo edital,
319 salienta que, assim que finalizar os ajustes, todos os Assistentes Administrativos receberão o
320 documento para suas considerações, a fim de revisarem se há alguma necessidade local a ser
321 incluída. Aproveita para frisar a importância de que haja uma fiscalização padronizada, um
322 *checklist* tendo em vista os itens constantes no contrato, não a percepção instantânea dos fiscais,
323 uma vez que não se pode exigir que o prestador de serviço desempenhe atividades não previstas
324 no edital, sob pena de se estar descumprindo o contrato enquanto contratante. Cita como exemplo
325 a questão da serrapilhagem que foi instituída durante a vigência do contrato atual, nesse sentido,
326 a empresa, gentilmente algumas vezes realizava a atividade, mas outras não e, com isso, o grupo
327 que havia solicitado o serviço passou a se queixar e a exigir a execução como se a atividade
328 estivesse prevista em contrato, esclarece que, a fim de evitar esse tipo de contratempo, é
329 importante que todas as Unidades tentem antever as atividades locais necessárias. Chama a



330 atenção para o fato de que o bom andamento dos contratos geridos pela PUSP-QSD é de suma
331 importância, uma vez que significam a necessidade da existência da Prefeitura como estrutura
332 organizada, pois os contratos são um centro importante das tarefas da PUSP-QSD. A Sra.
333 Fernanda encerra a parte referente aos contratos, mas recorda que a PUSP-QSD recebeu outras
334 solicitações no decorrer do mês e, nesse sentido, informa que, em relação ao termo de cooperação
335 para recolhimento de resíduos recicláveis que havia sido comentado na última reunião do CG-
336 QSD, os responsáveis tanto da FD quanto da FM expressaram seu receio em relação à ideia de
337 que o recolhimento de todas as Unidades seja realizado por uma única cooperativa, uma vez que
338 ambas as Unidades encontraram muita dificuldade de contatar uma cooperativa que realizasse o
339 serviço a contento, nesse sentido, enfatiza que está estudando a possibilidade de que seja firmado
340 um acordo geral dentro do qual sejam celebrados diversos convênios com cooperativas diferentes,
341 sendo que cada uma seria responsável por uma Unidade do QSD, no entanto, esclarece que, caso
342 essa alternativa se mostre infrutífera, irá compartilhar o modelo e cada Unidade deverá realizar
343 seu próprio convênio a fim de regularizar a situação do recolhimento de resíduos recicláveis. O
344 Prof. Raymundo salienta que essa seria uma alternativa interessante, uma vez que não se trataria
345 de um pregão, mas de um termo de cooperação sem contrapartida econômica por parte da USP.
346 Evidencia que o sistema e-convênios é uma opção administrativa válida, uma vez que, no caso de
347 uma contratação via licitação é um processo muito mais complexo, visto que considera
348 improvável que uma empresa se disponha a concorrer em uma licitação para prestar um serviço
349 sem contrapartida financeira. Aproveitando a conexão entre os assuntos, a Sra. Fernanda antecipa
350 o item da pauta: **Contratação conjunta de serviço de manutenção de projetor multimídia.**
351 Discorre brevemente que esse assunto foi abordado pelo Grupo de trabalho de Compras – Ações
352 Conjuntas do QSD, que foi montado no ano passado. Esclarece que, recentemente, a Sra. Rosilene
353 entrou em contato com a PUSP-QSD solicitando que as Unidades do QSD fossem consultadas
354 acerca do interesse em uma contratação conjunta para a prestação do serviço de manutenção de
355 projetor multimídia. Ressalta que, em consulta às Unidades, a EE e a FD manifestaram interesse
356 no serviço, o IMT informou que não tem interesse e a FSP e FM não encaminharam resposta até
357 o momento. Assim, solicita a gentileza de que essas duas Unidades manifestem o interesse ou não
358 nessa contratação. O Prof. Tanaka indaga se haveria vantagem financeira caso esse serviço fosse
359 contratado forma conjunta, ou se há algum outro benefício. O Prof. Raymundo pondera que, tendo
360 em vista o volume, há a possibilidade de que seja alcançado um valor abaixo do que está sendo
361 pago atualmente pelas Unidades individualmente. O Prof. Tanaka questiona se há a informação
362 de quanto as Unidades dispõem com a prestação desse serviço já que, atualmente, há um
363 movimento muito grande na FSP a fim de se utilizarem *SmartTV's* no lugar dos projetores
364 multimídia. O Prof. Raymundo concorda com a importância de um estudo para verificar se não
365 seria mais vantajoso realizar a substituição dos equipamentos no lugar da contratação de
366 manutenção para os mesmos. O Prof. Tanaka ressalta que não seria algo a curto prazo, mas nos
367 próximos anos, acredita que haverá essa mudança, portanto gostaria de informações sobre a
368 possibilidade de uma contratação tendo em vista esse cenário, ou seja, algo regressivo em que o
369 contrato pudesse ser reduzido à medida que os aparelhos fossem desativados, tendo em vista um
370 melhor planejamento, dado se tratar de uma licitação de grande volume, isso seria essencial para
371 verificar se haveria efetivo benefício. Enfatiza que se trata de um trabalho prospectivo importante,
372 dada a atual escassez de recursos, mas provavelmente, a migração ocorrerá progressivamente nos
373 próximos quatro ou cinco anos. O Prof. Raymundo concorda e pondera que, diferentemente dos
374 projetores, uma *SmartTV* pode ser instalada em qualquer sala de reunião, facilitando a utilização
375 do recurso, além de ter um custo menor do que a lâmpada de um projetor. O Prof. Tanaka
376 complementa que, justamente por esse motivo, é importante esse planejamento, principalmente

377 porque as *SmartTV's*, atualmente, estão sendo comercializadas por valores reduzidos, portanto,
378 considera importante uma organização das Unidades no sentido de realizar a substituição. O Prof.
379 Raymundo retoma o assunto: **Liberação à PUSP-QSD de repasse financeiro mediante**
380 **solicitação de crédito orçamentário**. Informa que se trata de uma boa notícia, pois foi aprovada,
381 para PUSP-QSD, liberação de recurso adicional. Esclarece que o recurso é para atender a
382 majoração dos gastos, tendo em vista os reajustes quando da prorrogação dos contratos vigentes.
383 Acredita que a Reitoria reconheceu a necessidade de recursos e salienta que ficou surpreso, uma
384 vez que o despacho inicialmente parece negar a solicitação, mas no final, há a aprovação da
385 liberação de recursos. Somente chama a atenção para o fato de que o valor somente será liberado
386 mediante requisição, ou seja, não se trata de um recurso disponível no orçamento da Prefeitura,
387 mas de um capital especificamente para o gasto com as renovações dos contratos; a vantagem é
388 que não haverá a pressão de interromper alguma contratação por falta de orçamento para a
389 renovação. A Sra. Rosilene lembra que, no caso de falta de recursos, há a opção de que as
390 Unidades realizem o aporte do valor faltante como já foi feito no passado. O Prof. Raymundo
391 concorda e salienta que, nesse sentido, essa também é uma boa notícia para as Unidades, visto
392 que com esse repasse não haverá necessidade de que a PUSP-QSD solicite auxílio para esse tipo
393 de despesa em um futuro próximo. O próximo item em pauta: **Reunião dos dirigentes – A**
394 **experiência com atendimentos de urgência nos campi da Capital e de Ribeirão Preto**.
395 Informa que todos os dirigentes estiveram presentes à reunião com o Reitor, ou foram
396 representados por seus vice-diretores. Ressalta que não discorrerá sobre todos os assuntos
397 discutidos, mas irá salientar um tópico que chamou sua atenção, que é a experiência com
398 atendimento de urgência nos *Campi* do Interior. Explica que o *Campus* de Ribeirão Preto,
399 contratou a prestação de atendimento de emergência que conta, inclusive, com desfibriladores
400 espalhados pelo *Campus*, além de ambulâncias; salienta que o assunto despertou seu interesse
401 uma vez que, há algumas reuniões, a Profa. Ester relatou a ocorrência de um episódio no IMT em
402 que um funcionário, já paciente do Instituto do Coração (InCor), passou mal, mas não havia uma
403 dinâmica estabelecida sobre como transportá-lo do IMT para o atendimento de emergência, apesar
404 de a Unidade estar localizada próximo do Hospital. Esclarece que o *Campus* de Ribeirão Preto
405 conta com um Hospital das Clínicas, mas que é preciso que haja uma organização para transportar
406 do indivíduo até o hospital, lembrando que, muitas vezes, não há a possibilidade de improvisar
407 esse deslocamento, pois há o risco de agravar o estado da pessoa. Nesse sentido, a
408 Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária (SPPU) encaminhou recentemente ofício
409 solicitando manifestação de interesse na aquisição de um equipamento Desfibrilador Externo
410 Automático (DEA). Pondera que somente a aquisição dos aparelhos lhe parece pouco útil se não
411 houver algum plano para atendimento de emergência, com o treinamento de funcionários que
412 possam ser acionados caso haja alguma ocorrência, ou seja, com pessoas capazes de detectar se
413 há a necessidade ou não de utilizar o desfibrilador. Ressalta que lhe chamou a atenção que a
414 Universidade tenha contratado um serviço terceirizado para essa finalidade e que a SPPU parece
415 estar investindo no preparo para episódios de emergência. Salienta a importância de que as
416 Unidades do QSD também fiquem atentas no sentido de organizar esse tipo de manejo no *Campus*
417 QSD, apesar da proximidade com hospitais. Pondera que, no caso da FD, que se localiza
418 geograficamente mais distante, talvez fosse necessária uma ambulância, mas que, para as demais
419 Unidades, talvez um carrinho elétrico, semelhante aos utilizados em campos de futebol, seria mais
420 célere do que uma ambulância, tendo em vista o trânsito na região. Esclarece que um serviço
421 nesse sentido, que realizasse o atendimento para as Unidades localizadas no Quadrilátero e um
422 sistema de resgate para os setores que ficam localizados fora do quarteirão pode ser eventualmente
423 planejado. Ressalta que somente comentou o assunto para ciência dos Conselheiros, lembrando



424 que se trata de um tipo de recurso que teria de ser dimensionado para as necessidades do QSD
425 caso seja considerado interessante. O Prof. Tanaka reputa inadequada a solução de aquisição de
426 um desfibrilador; explica que tal prática não auxiliaria em caso de urgência. O Prof. Raymundo
427 informa que compartilha dessa percepção. O Dr. Felipe considera que na FM, talvez, ainda haja
428 pessoas habilitadas para operar o equipamento, mas na grande maioria das demais Unidades não
429 haverá ninguém com esse tipo de capacitação. O Prof. Raymundo concorda, mas lembra que,
430 apesar de tudo, o investimento está sendo realizado e a Universidade está promovendo a aquisição
431 e instalação dos equipamentos, além da inclusão da localização dos mesmos no mapa do *Campus*,
432 no aplicativo “Campus USP”. O Prof. Tanaka questiona o custo/efetividade dessa aquisição e
433 indaga quantos casos ocorreram com efetiva necessidade de utilização desse equipamento no
434 QSD. O Prof. Raymundo informa que, na FM, o aparelho foi utilizado uma vez nos últimos anos.
435 Prosseguindo, o Prof. Tanaka pondera sobre a quantidade de pessoas que teriam de ser treinadas
436 na utilização do DEA, e qual seria o sinal clínico indicativo da necessidade dessa conduta.
437 Ressalta que, no caso de emergências, existe o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
438 acionado pelo telefone 192, ou mesmo a opção de realizar o transporte por meio de carro particular
439 ou táxi. Destaca que, nos casos de acidente grave, em que será necessária a imobilização com
440 colar cervical e transporte com prancha, será essencial o acionamento do Corpo de Bombeiros,
441 ou do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) mas, nesses casos, o DEA também
442 não auxiliaria. Em sua leitura, o médico mais bem preparado deveria ser aquele que realiza o
443 atendimento de urgência. Discorre brevemente que, em mais de quarenta anos de formação, nunca
444 presenciou uma situação de parada cardíaca que necessitou de utilização de DEA, nem mesmo
445 em seu período de residência médica, ou atendimento em plantão. Enfatiza, que é necessária a
446 verificação da probabilidade da efetiva utilização desse equipamento, em relação ao valor a ser
447 pago com a aquisição e manutenção do mesmo. O Prof. Heitor, esclarece que a aquisição do DEA
448 é uma exigência legal e, também, que considera importante que todas as Unidades contassem com
449 uma caixa de primeiros-socorros disponível para utilização em caso de emergência. Discorre
450 brevemente sobre um episódio em que uma docente do IMT passou mal e foi socorrida por um
451 outro docente que tinha formação médica. O Prof. Raymundo informa que a FM conta com um
452 bombeiro civil plantonista e também já realizou a aquisição de um DEA, o qual foi utilizado uma
453 vez nos últimos anos; esclarece que, antes da presente reunião, entrou em contato com os
454 bombeiros da FM para se inteirar a respeito da demanda em relação a esse tipo de recurso. Ressalta
455 que esse serviço diverge da simples aquisição do DEA e questiona a validade de se realizar a
456 aquisição desse equipamento sem subsequente treinamento de pessoas para sua utilização. Além
457 disso, há o fato de que para haver efetividade, a pessoa teria de estar próxima do local quando
458 ocorrer uma emergência para prestar atendimento. O Prof. Heitor ressalta que o necessário é a
459 definição de um “manejo de urgência”. O Prof. Raymundo concorda que é preciso definir como
460 se deve proceder em caso de emergências. O Prof. Heitor esclarece que, seguindo a preocupação
461 da Universidade em relação ao assunto, seria interessante realizar um planejamento integrado para
462 o QSD. Destaca que considera que a FM é distante do HC caso se esteja realizando o transporte
463 de uma pessoa que necessita de atendimento. Esclarece que a intenção seria instalar um protocolo
464 a ser seguido em caso de emergência, lembrando que seria necessário verificar junto ao Hospital
465 das Clínicas (HC), para que as pessoas trazidas para o Pronto Socorro (PS) sejam atendidas. A
466 Profa. Maria Amélia discorre brevemente sobre o caso citado pela Profa. Ester e agora lembrado
467 pelo Prof. Raymundo, sendo que, na ocasião, o funcionário foi transportado na cadeira de rodas,
468 mas ao chegar ao hospital, o Pronto Socorro inicialmente recusou o atendimento. O Prof.
469 Raymundo explica que o objetivo é viabilizar um plano de ação do Quartelão que extrapole a
470 Universidade, incluindo o HC. O Prof. Heitor faz um breve relato, sobre como, nas licitações

471 realizadas, é exigido que as empresas terceirizadas forneçam convênio médico para seus
472 funcionários, explica que isso acontece porque não há a possibilidade de que esses funcionários
473 sejam atendidos no HC. O Prof. Tanaka enfatiza que nenhum residente do Município de São Paulo
474 é atendido pelo HC, a não ser que seja referenciado pelo Sistema Integrado de Gestão do Acesso
475 (SIGA) ou pela Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS), e essa regra é
476 válida, independentemente de qualquer sistema de manejo que seja planejado, portanto, para ser
477 atendido pelo HC, é necessário ser encaminhado por um desses dois sistemas de regulação. O
478 Prof. Heitor concorda, exceto se o HC deliberar que há uma exceção caso a emergência ocorra no
479 Quadrilátero. O Prof. Raymundo lembra que, conforme já foi comentado em reunião anterior do
480 CG-QSD, existe um código específico utilizado pelo HC, que aciona um plantonista destacado
481 para socorrer quem passa mal em via pública próxima ao Hospital. O Prof. Heitor destaca que
482 essa exceção é necessária, visto que o Quadrilátero conta com cerca de seiscentos estudantes e,
483 em caso de emergência, não há tempo para aguardar que a pessoa seja referenciada pelo SIGA ou
484 pelo CROSS. O Prof. Raymundo destaca que o Prof. Heitor mencionou algo importante, que é o
485 manejo coordenado, pois é isso que salvará a vida de uma pessoa, não é o fato de a Unidade ter
486 providenciado a aquisição de um DEA, ou um contrato para atendimento de emergência. Mais
487 essencial do que contar com um plantonista como um bombeiro, é que haja uma pessoa que tenha
488 esse conhecimento de como agir em caso de emergência e cita o exemplo do incidente com
489 esfumaçamento na EE que ocorreu recentemente. A Profa. Maria Amélia relata brevemente o
490 ocorrido na EE, que se tratou de algo simples, mas foi necessário evacuar o prédio todo e quem
491 auxiliou a Unidade foi o bombeiro que presta serviço na FM. O Prof. Tanaka ressalta que nada é
492 simples na Universidade e que nunca houve uma crise tão grande no setor de saúde, ou um sistema
493 tão organizado que não permite o atendimento no HC com exceção dos casos referenciados. O
494 Prof. Raymundo salienta que não é possível criticar as decisões administrativas de uma
495 organização que estava insolvente, ou seja, o HC tinha problemas de natureza orçamentária,
496 porque os pacientes eram encaminhados para lá desorganizadamente e isso desestruturava o
497 atendimento. Agora, caso seja possível o planejamento de um manejo em que os casos de urgência
498 do Quadrilátero sejam atendidos, seria uma situação diferente, cita como exemplo, o fato do HC
499 realizar o atendimento dos pacientes trazidos pelo Corpo de Bombeiros, ou seja, sem que seja
500 referenciado pelo SIGA ou pelo CROSS; esclarece que o grande problema é quando a pessoa está
501 resfriada e quer ser atendida no PS do HC. O Prof. Tanaka encerra ressaltando que estruturar uma
502 organização tem um custo, e, em sua opinião, é importante analisar qual seria esse custo e qual
503 seria o retorno, levando em consideração a frequência das ocorrências. Nesse sentido, solicita que
504 seja acompanhada a prestação do serviço em Ribeirão Preto, para verificar qual o custo dessa
505 organização, bem como o resultado, ou seja, quantos casos são atendidos e qual o resultado do
506 ponto de vista de evolução da letalidade ou mortalidade com a prestação desse serviço. Considera
507 que o QSD, enquanto interessado, teria que, ao menos, ter a possibilidade de analisar o
508 custo/efetividade desse tipo de implantação. Salienta que há mérito, importância e risco na saúde,
509 mas do ponto de vista formal, em se tratando de um recurso público, é preciso ter clareza de que esse
510 recurso é gasto tendo em vista a melhor relação custo/efetividade, porque não há controle nem
511 governabilidade sobre probabilidades como essas, já que não existe nenhum grau de previsão do
512 próximo episódio, no entanto, é importante analisar qual seria o custo/efetividade de medidas
513 nesse sentido. Solicita que o assunto só seja decidido após o levantamento dessas informações. A
514 Profa. Maria Amélia comenta que a SPPU, já oficiou às Unidades questionando sobre o interesse
515 na aquisição do DEA. O Prof. Raymundo concorda e lembra que o custo da aquisição fica a cargo
516 das Unidades. A Profa. Maria Amélia salienta que esse o custo apresentado é muito inferior ao
517 custo do aparelho comum. Discorre que a EE já providenciou a aquisição do DEA, bem como da

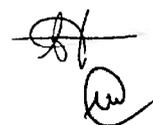
518 prancha para transporte, e que, além disso, também promove um treinamento de atendimento de
519 urgência e emergência e que, quando de sua realização, oferece vagas para as demais Unidades
520 do QSD. Ressalta que, conforme o ofício, o DEA e o *Kit* de proteção (caixa, alarme e sistema de
521 monitoramento por câmera) custa por volta dos R\$ 8.750,00, sendo que um desfibrilador orçado
522 pela EE para um dos laboratórios custaria R\$ 30.000,00 e, dependendo do número de pessoas que
523 circulam pela Unidade, é obrigatória a aquisição do DEA. O Prof. Raymundo concorda e informa
524 que a ideia de trazer esse tópico para a reunião tem apenas o intuito de apresentar uma iniciativa
525 organizada em um *Campus* maior que o do QSD, mas salienta que, quando se consideram as
526 Unidades localizadas fora do Quadrilátero da Saúde, o *Campus QSD* tem uma extensão
527 considerável, portanto seria necessário um atendimento muito bem organizado para atender todas
528 as Unidades do QSD. Questiona se a FD tem histórico de alguma ocorrência dessa natureza. O
529 Prof. Celso informa que não lembra de nenhum caso. O Prof. Heitor indaga qual o hospital mais
530 próximo da FD. O Prof. Celso explica que há o Hospital Pérola Byington bastante próximo,
531 porém, o mais próximo seria o Hospital Bandeirantes. A Profa. Maria Amélia complementa que,
532 de qualquer forma, a maior parte das Unidades está próxima ao HC e acredita que a relação entre
533 o HC, a FM e as Unidades pode ser equacionada. O Prof. Heitor considera interessante aumentar
534 o relacionamento do *Campus* QSD com o HC, somente salienta que a FM não é tão próxima do
535 HC quanto a maioria das pessoas imagina, ou seja, não existe uma continuidade próxima entre
536 ambas, o que ocorre é que muitos docentes da FM atuam em departamentos do HC, mas considera
537 importante haver a interação a fim de organizar como serão atendidas as emergências,
538 englobando, inclusive, a FD, e levanta alguns questionamentos a respeito desse manejo: como
539 será o processo? Como será o procedimento? O bombeiro será acionado? Como entrar em contato
540 com o bombeiro? Haverá a instalação de DEA em todas as Unidades? Considera que esse tipo de
541 gestão é complexo, mas caso haja planejamento de algo integrado, talvez com a possibilidade de
542 haver uma ambulância, ou um sistema em que se possa, em contato telefônico solicitar que uma
543 ambulância do HC realize o atendimento e o transporte, seria algo diferenciado, seria dar proteção
544 ao usuário. O Prof. Raymundo ressalta que esse assunto está sendo analisado, e esse estudo é
545 essencial antes da tomada de qualquer medida contratual, ou seja, antes de se realizar uma
546 eventual contratação, é preciso levantar todas as questões apresentadas, tanto em relação ao
547 relacionamento, quanto em relação à logística de atendimento; pondera que, felizmente, os casos
548 de emergência não são tão frequentes e, mesmo que o manejo vise atender situações raras, a sua
549 organização é importante. O Prof. Heitor acredita que os alunos da USP são cobertos por um
550 seguro saúde. A Sra. Rosilene confirma que são e complementa que os funcionários e docentes
551 contam com a mesma cobertura. O Prof. Heitor, lembra que essa cobertura não se estende aos
552 trabalhadores terceirizados que atuam na Universidade. O Prof. Raymundo chama a atenção para
553 o fato de que esses casos já extrapolariam um pouco a competência do Conselho Gestor, nesse
554 sentido, lembra que o assunto tratado no momento é referente ao manejo em casos de emergência
555 pontuais. O Sr. Dutra salienta a questão da exigência legal. O Prof. Raymundo informa que a
556 exigência legal está coberta, visto que a lei, nesse caso, somente exigiria a aquisição do DEA, e o
557 que está sendo proposto no momento é prestar um serviço realmente útil, não somente atender a
558 lei porque, em sua percepção, há grande dificuldade em lidar com as situações de emergência,
559 visto que não há procedimentos pré-estabelecidos para esses casos. Entende que a organização do
560 manejo é que precisa ser planejada, e que, nesse sentido, a lei estaria sendo cumprida. O Sr. Dutra
561 informa que a Guarda Universitária tem, em sua formação, curso de primeiros socorros e de
562 salvamento em caso de emergência com uso de desfibrilador, no entanto, ressalta que, tendo em
563 vista que a ocorrência de eventos é imprevisível, considera que seria interessante consultar o Prof.
564 Visintin quanto à periodicidade da reciclagem desses cursos. O Prof. Raymundo lembra que a



565 Profa. Maria Amélia informou que a EE oferece vagas no curso promovido pela Unidade e
566 pondera que é possível verificar a possibilidade de montar uma agenda de treinamento referente
567 ao assunto. O Sr. Dutra salienta que seria interessante, tendo em vista que, estatisticamente, nunca
568 tomou conhecimento de uma ocorrência em que o DEA tenha sido utilizado no momento
569 oportuno, nem uma em que, no momento de necessidade, houvesse uma pessoa próxima
570 capacitada para manusear o aparelho. O Prof. Raymundo considera que é justamente
571 considerando essas possibilidades, que se torna importante promover o treinamento das pessoas,
572 além da questão do manejo. Seguindo para o próximo assunto em pauta **Correspondências**
573 **oficiais de interesse do Conselho Gestor: OF SGC0 055 de 27/08/18 e Portaria 7270 de**
574 **23/08/18 – Referente a Eleição de um representante dos servidores técnicos e**
575 **administrativos junto ao Conselho Universitário; OF CODAGE CIRC 014 de 05/09/18 –**
576 **Liquidação das horas no Banco de Horas até 30/09/18; OF CODAGE 015 de 05/09/18 –**
577 **Transferência no Sistema Administrativo Patrimônio para ambiente virtual; OF CODAGE**
578 **CIRC 016 de 19/09/18 – 4º Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017-2018 e saldo**
579 **de horas em 30/09/2018; Circ.SG COP 061, de 21/09/18 – Sugestões para as Diretrizes**
580 **Orçamentárias da USP para 2019 prazo 19/10/18; OF SSEG CIRC 002 de 01/10/18 – Ref**
581 **Aquisição de Desfibrilador DEA (Recebido em 02/10/18); CARTILHA Green Eletron – Ref.**
582 **Logística reversa de Pilhas e Baterias Portáteis (Recebido em 02/10/2018).** Comenta sobre a
583 última correspondência que foi recebida recentemente: uma cartilha referente ao recolhimento de
584 pilhas e baterias portáteis, a qual foi encaminhada para todos os Assistentes Administrativos.
585 Esclarece que, conforme a cartilha, houve mudança nas regras para o recolhimento que serão
586 implementadas. A Sra. Fernanda explica brevemente que a empresa Green Eletron foi contratada
587 para realizar a gestão da empresa que já realizava o recolhimento de pilhas no QSD, nesse sentido,
588 a PUSP-QSD recebeu um e-mail informando que, a partir de 1º dezembro, as pilhas não seriam
589 mais recolhidas, mas teriam de ser encaminhadas para São José dos Campos, ou para Minas
590 Gerais, sendo que as custas do transporte seriam suportadas pelo remetente do material. Tendo
591 em vista que o e-mail citava uma cartilha, tal documento foi solicitado e, após análise, verificou-
592 se que, caso o remetente atendesse alguns requisitos, o transporte continuaria sendo realizado sem
593 custos, são eles: ser órgão da administração pública; realizar a própria triagem; ter a quantidade
594 mínima de 40kg de material para recolhimento e estar localizado em uma capital. Enfatiza que,
595 tendo em vista que a USP se enquadraria em todas as categorias, contactou-se a empresa
596 responsável para confirmar se haveria alguma alteração quanto aos procedimentos realizados até
597 então, e o retorno recebido foi a diferença quanto à quantidade mínima de material a ser recolhido,
598 que passa de 30 kg para 40kg, bem como a importância de que seja reforçado, junto aos
599 funcionários, a necessidade de triagem do material, ou seja, é preciso que não sejam
600 encaminhados materiais diversos de pilhas e baterias. Encerrado o Expediente, o Prof. Raymundo
601 abre a **Palavra aos Membros**. Com a palavra, o Prof. Heitor discorre brevemente sobre sua
602 participação como vice-diretor na criação do IMT como uma Unidade autônoma; salienta que
603 todos os esforços foram realizados tendo como objetivo a criação, também, de um grande
604 “*Campus da Cerqueira Cesar*”, que pudesse desempenhar suas atividades de modo independente
605 da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira (CUASO), a qual é uma criação de outro
606 tipo, projetada para ser um *Campus* para os Jogos Panamericanos e, após, foi transformada em
607 uma grande Universidade. Recentemente, verificou algumas tentativas que espera serem
608 infrutíferas, na direção de fazer retornar o IMT para a FM. Considera que essa seria uma perda de
609 caráter administrativo enorme considerando as conquistas que o IMT teve em relação à pós-
610 graduação e à pesquisa. Salienta que, por conta de uma incapacidade administrativa ou algo nesse
611 sentido, esse tipo de decisão está sendo tomada em Conselhos pequenos e sem grandes discussões,



612 embora não seja uma insinuação de que se trata de decisões arbitrárias, acredita que decisões que
613 somente implicam perdas não deveriam ser tomadas. Chama a atenção para o fato de que o QSD
614 será diretamente afetado caso isso ocorra, visto que seria uma Unidade a menos participando das
615 decisões e destaca que não consegue sequer imaginar o que aconteceria com o QSD caso o IMT
616 volte realmente a integrar a FM. Lembra que o Quadrilátero começou incipiente e foi se
617 desenvolvendo ao longo do tempo e, nesse período em que há essa proposta de fusão, não
618 verificou nenhuma manifestação do Quadrilátero em relação ao assunto. Considera que cada
619 Unidade do Quadrilátero tem a capacidade de se autodestruir porque considera que o modelo
620 proposto é a autodestruição, sem nenhuma consideração com o que já foi criado, com o espaço
621 físico, ou com os funcionários. Faz um breve relato sobre seus esforços defendendo a criação e
622 manutenção do IMT como uma Unidade autônoma, chama a atenção para o fato de que a Unidade
623 conta com um curso com conceito cinco junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
624 Nível Superior (CAPES), além de cinco cursos muito bem avaliados, bem como um grupo de
625 pesquisadores excelentes. Acredita que o futuro do IMT seria o futuro do QSD, nesse sentido,
626 propõe que, caso o IMT seja assimilado pela FM, seja considerada a possibilidade de que todas
627 as demais Unidades do Quadrilátero também sejam absorvidas, para que haja uma gestão
628 integrada e o desenvolvimento de soluções práticas para todos. Pondera que não se recorda o
629 motivo pelo qual é representante dos docentes do IMT, mas provavelmente, foi por indicação do
630 Prof. Cotrim, enfatiza que já participou de algumas reuniões do CG-QSD, no entanto, nunca
631 presenciou nenhuma discussão sobre o destino de todas as Unidades integrantes do QSD,
632 considera que o destino do Quadrilátero é formidável como o *Campus* Cerqueira Cesar,
633 independente da CUASO, que monta um planejamento de manejo em caso de emergência com
634 participação do HC, que realiza a gestão de seus próprios contratos, como o recolhimento dos
635 resíduos sólidos e da manutenção de áreas verdes, dentre tantos outros assuntos importantes.
636 Salienta que o QSD poderia ser muito mais expressivo, mas que o presente Conselho permanece
637 inerte em relação a assuntos cruciais. O Prof. Raymundo agradece a manifestação do Prof. Heitor
638 e ressalta sua importância. O Prof. Heitor pondera que os Conselheiros nem se consideram
639 capazes de julgar o fato. O Prof. Raymundo discorda, ressaltando que os Conselheiros são capazes
640 de julgar, mas estão apenas respeitando a palavra dele até o momento. Destaca que todos
641 respeitam a manifestação do pensamento, mas acredita que há uma extrapolação em relação ao
642 assunto, e que a razão de existir do QSD está além dessas discussões. Pondera que os traumas
643 históricos de cada um são diferentes, mas há muitos jovens que não vivenciaram esse histórico
644 das Unidades e essas pessoas estão construindo um novo panorama, no qual a ênfase está em que
645 se trata de uma só Universidade, portanto, considera que não há razão para se pensar
646 separadamente, mas como Unidades funcionais que estão tentando otimizar o aspecto estrutural
647 e, inclusive acadêmico e, em relação a esse último, acredita que se está alcançando um grande
648 progresso com as coligações entre as Unidades. Ressalta que nada disso será perdido, além de
649 esse não ser um futuro que cabe ao CG-QSD discutir nesse momento, visto que se trata de um
650 tema que ainda será discutido em diversos âmbitos, incluindo a Congregação e o Conselho
651 Universitário (Co); nesse sentido, enfatiza que haverá todo um trabalho de ponderações antes de
652 se chegar em uma eventual nova reunião referente a estruturas, portanto, não será algo tão simples
653 e, caso realmente ocorra, será rediscutido o papel do IMT dentro do Quadrilátero da Saúde, uma
654 vez que a FD é a quinta Unidade dentro desse contexto. Lembra que quando se cita “quadrilátero”,
655 refere-se ao Quadrilátero da Saúde: são quatro Unidades e a Faculdade de Direito, e quiçá outras
656 mudanças em termos de estruturação possam ocorrer, já que há outras Unidades da USP próximas
657 e, nesse sentido, não há como prever como a Reitoria irá lidar com o aspecto administrativo,
658 porque otimizar é um papel de todas as Unidades da Universidade, ou seja, reduzir custos



659 administrativos a fim de alcançar sua finalidade, que é a atividade de pesquisa, ensino e
660 assistência. Dessa forma, compreende o ponto do Prof. Heitor, e lamenta que ele tenha um
661 pensamento negativo sobre o assunto, mas lembra que a mudança vem para todos. O Prof. Heitor
662 enfatiza que não é contrário a mudanças, sua ressalva é contra mudanças que não considera
663 inteligentes. O Prof. Raymundo esclarece que é natural, que modelos sejam implementados, como
664 tentativa, visando o bem do conjunto, em sua visão, cada Unidade foi fundada separadamente,
665 lembrando que a FD irá completar 200 anos daqui a 9 anos e foi uma Unidade que, historicamente,
666 concordou em fazer parte da USP, mas poderia existir isoladamente. Enfatiza que essa
667 concordância histórica de reunir algumas faculdades, além da criação de outras tantas, esse
668 entrosamento entre todos é que torna a Universidade grande; nesse sentido, não vê com maus
669 olhos que o Quadrilátero cresça e se integre cada vez mais, promovendo mais disciplinas
670 conjuntas, a exemplo do que já tem sido feito na EE e FM e, até mesmo, na FSP. Infelizmente,
671 hoje há um entrosamento limitado com a FD, mas considera importante que haja a tentativa de
672 trazer uma maior integração; acredita que as Unidades têm muito a aprender umas com as outras,
673 não somente administrativamente, pois a parte acadêmica também tem grande potencial de
674 desenvolvimento, área essa que é o motivo inicial pelo qual a estrutura administrava foi montada,
675 portanto, enfatiza que o comentário do Prof. Heitor é pertinente, mas o assunto ainda será objeto
676 de discussões e análise, não havendo nada definido nesse sentido, além da questão do IMT
677 permanecer ou não na estrutura seria, ainda, outra discussão. Chama a atenção para o fato de que
678 o CG-QSD ainda não foi convocado a discutir esse assunto, já que a possibilidade de o IMT voltar
679 a integrar a FM ainda não é formal dentro da estrutura da Universidade, ou seja, ainda se trata de
680 um processo em discussão. Com a palavra, o Sr. Wallace informa que, apesar de não ser integral,
681 o curso da EE possui algumas atividades no período noturno e expõe que há diversos relatos de
682 dos alunos que, em deslocamento para o metrô ou para o restaurante da FSP, sofreram abordagem
683 por parte de criminosos. Pondera que são fatores de risco a deficiência da iluminação no trajeto e
684 o fato de o local ser deserto no período noturno; nesse sentido, gostaria de verificar a possibilidade
685 de fortalecimento do policiamento, ou o suporte da Guarda Universitária, para aumento da
686 segurança na região. O Prof. Raymundo informa que participou de uma reunião do Comitê de
687 Segurança do Quarteirão no dia anterior; esclarece que não utilizou a denominação de
688 Quadrilátero, porque esse Comitê envolve outras entidades, como o HC, esclarece que foi
689 realizada uma reunião com representantes da Polícia Militar (PM), na qual a representação dos
690 estudantes apresentou essa mesma situação, do percurso da Av. Dr. Arnaldo, ou da Av. Dr. Enéas
691 Carvalho de Aguiar, onde há abordagem de agressores para roubos de mochila e celular, dentre
692 outros tipos de delitos. Lembra que o Dr. Felipe também esteve presente e que foram apresentadas
693 sugestões. Esclarece que muitas situações apresentadas foram relativas à iluminação; destaca que
694 o poder público é responsável pela iluminação da via pública, mas foi sugerido que a USP
695 providenciasse instalação de luminárias dentro dos jardins voltadas para a rua, dessa forma, não
696 haveria a necessidade de aguardar que o poder público realize a instalação de novos pontos de
697 iluminação. O Dr. Felipe e o Prof. Raymundo ressaltam que essa providência será tomada, na
698 tentativa de aumentar a segurança, visto que, aparentemente, a iluminação diminuiu a abordagem.
699 Discorrem brevemente sobre a utilização de um tipo de luz com características especiais que,
700 diferentemente da iluminação convencional, que gera áreas de sombreamento favoráveis à
701 ocultação de agressores, o tipo de luz ideal evita o sombreamento das áreas, o que aumenta a
702 segurança dos transeuntes. O Prof. Cotrim lembra de um projeto que foi elaborado época em que
703 o Prof. Grandino era Reitor, justamente sobre a iluminação de todo o Quarteirão. O Prof.
704 Raymundo esclarece que o projeto tratava da iluminação interna das Unidades. O Prof. Cotrim
705 acredita que era referente a iluminação externa e enfatiza que, inclusive, alguns postes já foram

706 instalados, mas o problema é que a iluminação é prejudicada pela folhagem das árvores, de modo
707 que o ideal seria que o ponto de luz ficasse abaixo da linha das árvores. Recorda que o projeto
708 também incluía a iluminação das vias públicas, tendo sido elaborado por uma grande empresa de
709 São Paulo, salientando a necessidade de se localizar esses documentos. O Prof. Raymundo
710 concorda que o projeto existe, mas reitera é referente à iluminação das Unidades, não
711 contemplando a iluminação das vias públicas. O Dr. Felipe esclarece que, em relação à iluminação
712 de vias públicas, o HC elaborou um projeto que já foi, inclusive, implementado na Av. Dr. Enéas
713 de Carvalho Aguiar, iluminando toda a Avenida, incluindo uma parte da atlética da FM, além de
714 toda a iluminação no entorno do HC, esclarece que o projeto foi desenvolvido e implementado
715 pela Autarquia e, após isso, houve uma redução drástica do índice de criminalidade. Ressalta que
716 esse foi um dos pontos discutidos ontem com o Comandante do batalhão responsável pela região,
717 e a FM assumiu o compromisso de, tendo em vista a obra de recuperação do estacionamento que
718 está sendo executada no momento, incluir no projeto a instalação de três a quatro postes de
719 iluminação com as mesmas especificações dos instalados pelo HC, para atender a região da Rua
720 Teodoro Sampaio e a esquina com a Av. Dr. Arnaldo , além disso, a FM também se propôs a
721 instalar ao menos três ou quatro câmeras no entorno, integradas com o HC, Instituto do Câncer
722 de São Paulo Octavio Frias de Oliveira (ICESP), InCor e o Sistema Detecta da Polícia Militar, na
723 tentativa de tornar mais efetivo o reconhecimento e a intervenção. A Sra. Rosilene indaga se há
724 algum tipo de planejamento em relação ao trecho da Dr. Enéas em que estão localizadas a EE e o
725 IMT, visto que se trata de um local muito escuro. A Profa. Maria Amélia concorda que se trata
726 de um trecho muito mal iluminado. O Dr. Felipe esclarece que, a Av. Dr. Enéas, já foi
727 contemplada pelo projeto implementado pelo HC. O Prof. Cotrim pondera que, caso já haja
728 medidas sendo tomadas, talvez seja o caso de aprimorá-las e concorda que a situação da região já
729 teve grande melhora. Discorre brevemente sobre os locais em que há faixa de pedestre na Av. Dr.
730 Enéas, nos quais os postes de iluminação são muito pontuais, ou seja, distanciando-se alguns
731 passos da placa de sinalização que está sendo iluminada, já não há luz alguma, nesse sentido,
732 salienta que a solução seria que a iluminação estivesse abaixo da folhagem das árvores, e reitera
733 que o projeto do qual ele se recorda previa exatamente isso, posicionar a luz dos postes abaixo da
734 copa das árvores; concorda que o caminho para a atlética da FM que já foi iluminado melhorou
735 muito, mas ressalta que o problema ainda persiste. O Dr. Felipe explica que os delinquentes
736 alteram sua área de ação de acordo com a conveniência e oportunidade, nesse sentido, o
737 Comandante da PM comentou que, em três períodos do dia, há uma viatura da Polícia Militar na
738 esquina da Rua Teodoro Sampaio com a Av. Dr. Arnaldo, mas que ele iria rever a dinâmica do
739 patrulhamento. Salienta a solicitação do Comandante para que sempre haja a notificação das
740 ocorrências, para que a PM possa ter as informações necessárias para a organização do
741 policiamento e que ele está disponível para discutir alternativas para minorar os problemas, mas
742 afirmou que os índices de todos os crimes mais comuns, incluindo furto de celular, diminuíram
743 drasticamente nos últimos meses. Ressalta que a reunião teve o caráter de retomar o assunto da
744 segurança com a colaboração da PM e, em conjunto com a Guarda Universitária, elaborar
745 mecanismos para tentar coibir a atividade desses criminosos que, aparentemente, são sempre os
746 mesmos. O Prof. Raymundo salienta que, uma medida que os Centros Acadêmicos das Unidades
747 podem tomar e que é de suma importância, tendo em vista que a renovação dos alunos é periódica,
748 conforme já foi recomendado na FD, é a notificação, ou seja, se a pessoa foi molestada ou
749 agredida, ela precisa reportar o ocorrido. A Profa. Maria Amélia lembra que o Aplicativo Campus
750 foi divulgado pela SPPU há algum tempo e indaga se o mesmo está funcionando no QSD. O Dr.
751 Felipe esclarece que, a princípio, sim. O Prof. Raymundo pondera que ele também pode ser
752 utilizado. A Profa. Maria Amélia questiona se todos o utilizam e ressalta a funcionalidade que



753 pode ser acionada quando a pessoa está se deslocando de um local para outro e é monitorado pela
754 Guarda Universitária, salienta que não tem conhecimento do uso concreto dessa funcionalidade,
755 visto que a EE, habitualmente, não tem atividades noturnas, exceto as ligas, mas indaga se o Sr.
756 Wallace já a utilizou. O Sr. Wallace informa que no QSD não utilizou, somente na Cidade
757 Universitária. A Sra. Rosilene lembra que foi realizada até mesmo uma apresentação nas
758 Unidades sobre o aplicativo. O Sr. Alan ressalta que também há divulgação do aplicativo no
759 Sistema Marte. O Prof. Raymundo salienta que mesmo com o uso do aplicativo, pode ser que a
760 pessoa seja abordada, o ponto é que quem sofre a agressão precisa informar a Guarda
761 Universitária e fazer um Boletim de Ocorrência, porque essa prática irá permitir que a PM tenha
762 o número real de ocorrências na região, o que vai motivar o ajuste do policiamento. Enfatiza que
763 a simples notícia sem fundamentação ou números não será valorizada pela polícia. O Sr. Wallace
764 informa que, em seu conhecimento, somente uma pessoa lavrou Boletim de Ocorrência. O Prof.
765 Raymundo esclarece que essa subnotificação de ocorrências acaba por mascarar as estatísticas. O
766 Sr. Alan lembra que casos de furto podem ser notificados via internet. O Prof. Raymundo
767 concorda e enfatiza que a Guarda Universitária também está à disposição. A Profa. Maria Amélia
768 explica que o “Aplicativo *Campus*” foi desenvolvido para ser utilizado, inicialmente, no *Campus*
769 Butantã, mas agora há a previsão de uma atualização para incluir uma funcionalidade que mostra
770 a localização dos DEAs, ou seja, caso haja necessidade, será possível verificar a localização do
771 desfibrilador mais próximo. Ressalta que a funcionalidade que considera mais interessante é a
772 opção “Entrar em alerta”, que indica que a pessoa está se deslocando. A Profa. Vera orienta que,
773 à noite, as pessoas procurem andar no meio da rua e explica que ela mesma o faz quando
774 necessário, visto que a calçada que ladeia a EE é muito escura por conta das árvores. O Prof.
775 Raymundo salienta que entende que esse assunto merece estudo para que se verifique a
776 possibilidade de instalação de postes de luz dentro das Unidades, mas voltados para a rua. A Profa.
777 Maria Amélia informa que o ponto mais crítico fica onde termina o muro da EE e inicia o muro
778 da Atlética, salienta que as árvores são lindas, mas a beleza tem um custo, pois elas prejudicam a
779 iluminação e dificultam a limpeza, principalmente dos bueiros. O Prof. Raymundo informa que
780 irá incluir esse assunto na pauta de discussões do grupo de segurança e enfatiza que, por mais que
781 se tenha aplicativos e iluminação, as ocorrências podem acontecer e elas são favorecidas por
782 certos hábitos, como o de caminhar com o aparelho celular em mãos, esclarece que essa prática
783 gera uma vulnerabilidade, pois a pessoa chama a atenção e acaba por se tornar um alvo fácil para
784 o criminoso, lembrando que nem toda abordagem é violenta e com uso de arma, mas é uma
785 oportunidade que, algumas vezes, a própria vítima cria. Orienta que, além da iluminação e
786 policiamento, também é importante a diminuição desse tipo de oportunidade, mudando os hábitos
787 de deslocamento, por exemplo. Lamenta que as pessoas percam qualidade de vida tendo em vista
788 esses eventos em que possuir qualquer bem que chame a atenção a tornam um alvo em potencial
789 e lembra que o QSD está localizado em uma área central com um grande acúmulo de pessoas, o
790 que facilita a ação de criminosos. A Profa. Maria Amélia lembra que havia um grupo de trabalho
791 de segurança do qual a Sra. Rosilene participava e indaga se essa reunião da qual o Prof.
792 Raymundo participou seria a reativação desse grupo. O Dr. Felipe esclarece que é diferente, mas
793 que o QSD participa. O Prof. Raymundo salienta aquele grupo que existia se desorganizou muito
794 e que o grupo atual está estruturado, mas é muito menor. A Profa. Maria Amélia chama a atenção
795 para fato de que, mesmo que seja somente uma Unidade não participando, já é algo significativo.
796 O Prof. Raymundo informa que nenhuma Unidade participa das reuniões desse grupo uma vez
797 que a Guarda Universitária já é convidada e, nesse sentido, o centro de informação do QSD é a
798 Guarda Universitária. Salienta que esse foi o problema do grupo que existia anteriormente, que
799 acabou por se desestruturar com a adição de diversas pessoas que passaram a desvirtuar a

800 utilização do grupo de *WhatsApp* que deveria ser exclusivamente para relatos sobre segurança. A
801 Profa. Maria Amélia salienta que, no caso, não estava se referindo ao grupo do *WhatsApp*, mas
802 ao grupo de trabalho do QSD que tratava do tema segurança; considera que existe um cenário em
803 que o planejamento diz respeito à área interna das Unidades, cita como exemplo essa questão de
804 iluminar o jardim da Unidade de forma a impactar a iluminação do entorno e, nesse sentido,
805 considera que é importante que as Unidades participem. O Prof. Raymundo salienta que,
806 justamente por esse motivo, a PUSP-QSD foi convidada a participar e ela irá articular as
807 iniciativas junto às Unidades, lembrando que se tratou de uma reunião com o Comitê de
808 Segurança que envolve, também, a PM. A Profa. Maria Amélia explica que, no início de sua
809 gestão, ela mesma participou de diversas reuniões do grupo de segurança do QSD, lembra que a
810 representante da PM, na época, era a Tenente-Coronel Dulcineia. O Prof. Raymundo e o Dr.
811 Felipe concordam e comentam que ela já não atua mais na região. A Profa. Maria Amélia informa
812 que o assunto foi refluindo e, durante muito tempo, a Sra. Rosilene participou. Sobre o grupo, o
813 Prof. Raymundo explica que o grande número de participantes acabou por prejudicar a efetividade
814 do mesmo, salienta que agora há um comitê menor, com a participação da Guarda Universitária
815 e de alguns outros setores. A Sra. Rosilene salienta que o grupo de trabalho de segurança não foi
816 extinto. O Prof. Raymundo concorda, mas lembra que, de qualquer forma, o grupo está inativo,
817 já que a Guarda Universitária, no desempenho de suas funções como responsável pela segurança,
818 centraliza as informações e, por esse motivo, é importante notificar as ocorrências. A Profa. Maria
819 Amélia explica que, conforme discussão do grupo de trabalho na época em que ainda estava ativo,
820 a EE está alinhada com o plano de aquisição de câmeras de segurança com tecnologia compatível
821 com as câmeras utilizadas pelo HC, para a implementação de uma rede articulada com o objetivo
822 de seguir o deslocamento dos ofensores. O Prof. Raymundo lembra que essa foi uma proposta do
823 Prof. Visintin, Superintendente da SPPU e responsável pela coordenação desse tipo de iniciativa;
824 nesse sentido, é a SPPU que irá acionar as Unidades para a instalação das câmeras integradas com
825 o sistema detecta da PM. A Profa. Maria Amélia concorda, mas comenta que as Unidades não
826 estão recebendo informações referentes à evolução dos assuntos. A Sra. Rosilene considera
827 importante que seja mantido ao menos um representante de cada Unidade no grupo, e salienta que
828 a EE não foi comunicada da pauta de discussões desse novo grupo. O Prof. Raymundo enfatiza
829 que as Unidades não estão sendo excluídas das discussões, mas que o número de reuniões não é
830 proporcional à efetividade do que está sendo desenvolvido, portanto, nesse sentido, o comitê de
831 segurança promove as discussões e, quando houver a possibilidade de aquisição e implementação,
832 haverá a informação. Assim, e não se trata de representação, uma vez que a Guarda Universitária,
833 que é responsável pela segurança de todas as Unidades do QSD, está envolvida, e o grupo está
834 atuando tendo em vista a proteção de todos, não sendo, portanto, uma questão de as Unidades
835 estarem ou não representadas. A Profa. Maria Amélia reitera que é do interesse das Unidades a
836 possibilidade de acompanhar o trabalho que está sendo desenvolvido, uma vez que, mesmo que a
837 aquisição seja providenciada pela SPPU, o recurso para isso será das Unidades, sendo que a EE
838 destinou fundos para essa aquisição, alinhada com esse plano de sistema de monitoramento
839 integrado. O prof. Raymundo esclarece que o projeto de integração com a polícia continua ativo
840 no QSD e que notificar a Guarda Universitária é fundamental. Ressalta que o Sr. Tadeu é o
841 coordenador de área da SPPU responsável pelo QSD, lembrando que, além do QSD, ele também
842 é responsável por diversas outras Unidades da USP, como o Parque Cientec e, com isso, ele é
843 responsável por uma área muito extensa, sendo o Prof. Visintin o Superintendente. Encerrada a
844 palavra aos membros, tem início a **Ordem do Dia: Apreciação da ata da 50ª reunião de**
845 **03/08/2018**, que é aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente
846 encerra a reunião às 16h00, determinando que seja lavrada a presente ata que, após aprovação,



847 será assinada por ela, Profa. Maria Amélia de Campos Oliveira, e por mim, Adriana Yoshie
848 Fukuhara, Secretária da Prefeitura USP do Quadrilátero Saúde/Direito, que redigi esta ata. São
849 Paulo, 05 de outubro de 2018.



Profa. Dra. Maria Amélia de Campos Oliveira
Presidente do Conselho Gestor



Adriana Yoshie Fukuhara
Secretária do Conselho Gestor